

Diana Klingler

Universidade Federal Fluminense
Niterói – Brasil

RESUMO

A partir do romance de Diamela Eltit *Jamais o fogo nunca* (2017), o presente trabalho indaga de que maneira a narrativa literária intervém numa discussão em torno do conceito de vida, que se insere no terreno da biopolítica e que atravessa os campos do direito, da biologia, da medicina e da filosofia. No romance, a palavra “célula” que aparece repetidamente, adquirindo diversas significações, é o ponto de partida para se pensar nas complexas articulações entre o biológico e o político.

Palavras-chave: vida, política, corpo.

Abstract

This paper analyses Diamela Eltit’s novel *Jamais o fogo nunca* (2017), enquiring how a literary narrative intervenes in a discussion – which belongs to the biopolitical’s field – about the concept of life, a debate that spans the fields of law, biology, medicine and philosophy. Within the novel, the word “cell”, which appears repeatedly in different senses, is the starting point to address the complex relationships between the biological and the political.

Keywords: life, politics, body.

Resumen

Este ensayo analiza la novela de Diamela Eltit *Jamás el fuego nunca* (2017, publicada originalmente en 2007), indagando de qué manera la narrativa literaria interviene en una discusión sobre el propio concepto de vida, que se incluye en el ámbito de la biopolítica y que atraviesa los campos del derecho, la biología, la medicina y la filosofía. En la novela, la palabra “célula”, que aparece repetidamente con diferentes significaciones, es el punto de partida para pensar las complejas articulaciones entre lo biológico y lo político.

Palabras claves: vida, política, cuerpo.

Se procurarmos pensar filosoficamente o conceito de vida hoje, é claro que o pensamento de Giorgio Agamben se torna incontornável, especialmente nos livros que compõem o conjunto do *Homo Sacer*, em que o filósofo italiano desenvolve a noção -central em seu pensamento em torno da biopolítica- de “*vida nua*”, vida nua, vida desprotegida e abandonada pelo poder. No primeiro livro da série, o *Homo Sacer* (I), Agamben postula que “a prestação fundamental do poder soberano é a produção de *vida nua*” (2017, p. 295), e que esta *vita nua* funciona no limiar da articulação entre *zoé* (vida biológica) e *bios* (vida integrada na *polis*, na política). Assim, se a tradição metafísica postula “o humano” como *articulação* de dois elementos – corpo/alma, natureza/logos, animalidade/humanidade –, Agamben propõe pensá-lo a partir de sua *desconexão*, de sua disjunção. Por outro lado, Agamben propõe um conceito positivo, que em certa medida se contrapõe ao de *vida nua*, que é o de “forma de vida”, que seria “uma vida em que nunca é possível isolar ou manter separado algo como uma vida nua”, como expressa no último livro com que conclui a série, *O uso dos corpos* (2017, p. 233). Dessa forma, Agamben revaloriza o termo *zoé*, que já não poderia coincidir com o de *vida nua*, no sentido de que “na forma de vida está em jogo o *próprio viver*” (p. 235). “Uma vida política, ou seja, orientada pela ideia de felicidade e reunida numa forma-de-vida, só é pensável a partir da emancipação com relação a essa cisão” (p. 236).

Esse “*próprio viver*” é um campo de investigação em que confluem pesquisadores advindos de diferentes áreas, por exemplo Didier Fassin (2012), Paul Rabinow e Nikolas Rose (2003), Sarah Franklin (2000), Adriana Petryna (2013) e Judith Butler (2009). Eles vêm se referindo a diversas maneiras de se entender o “*próprio viver*”, ou a “*vida em si*” (*life itself* ou *life as such*, diz Fassin), num sentido que havia sido proposto por Michel Foucault no curso de 1978, *Nascimento da biopolítica* (2008), mas que ele acabou abandonando ao encaminhar seu interesse na direção da governabilidade, isto é, da intervenção do Estado na vida humana entendida em termos de populações. Entre essas pesquisas, surgiram algumas concepções que se afastam tanto da “*vita nua*” quanto da “*forma de vida*”. Em *Frames of war* e *Precarious Life*, Judith Butler aponta que a noção de “*vida precária*” é ao mesmo tempo um problema político e ontológico, pois as molduras pelas quais apreendemos a vida dos outros como suscetível de ser lesada estão politicamente saturadas, isto é, são operações do poder; e, por outro lado, nessas molduras subjaz a pergunta “o que é uma vida?”. Em seu livro *Vidas expostas* (2013), a antropóloga Adriana Petryna propõe a noção de “*biocidadania*” ou “*cidadania biológica*”, para se referir ao estatuto político específico que receberam as vítimas do desastre

de Chernobyl, ou ao que recebem alguns imigrantes ilegais na Europa, se comprovarem serem portadores de uma doença grave. De maneira que vidas expulsas de seus direitos, nuas, precarizadas, recebem por essa mesma condição a possibilidade de inclusão no âmbito do direito.

A partir deste universo de problemas, procuro pensar sobre diferentes articulações entre a noção de vida e de política. O romance da escritora chilena Diamela Eltit *Jamais o fogo nunca* resulta instigante nesse sentido, e me parece falar da vida que *resiste*, que sobrevive, entre a vida política e a vida biológica, tal como se inscrevem no corpo, para além ou por fora da noção de precariedade que define a *vita nua*. Dei a este trabalho o título “A resistência: uma vida”, fazendo referência ao último texto publicado por Gilles Deleuze, “A imanência: uma vida” (2002 [1995]). Deleuze exemplifica essa ideia da imanência a partir de um episódio do último romance de Charles Dickens, *Nosso amigo comum*. “Um canalha, um mau sujeito, desprezado por todos, está para morrer e eis que aqueles que cuidam dele manifestam uma espécie de solicitude, de respeito, de amor, pelo menor sinal de vida do moribundo. Todos se aprestam a salvá-lo, a tal ponto que no mais profundo de seu coma o homem mau sente, até ele, alguma coisa de terno penetrá-lo. Mas à medida que ele volta à vida, seus salvadores se tornam mais frios, e ele recobra toda sua grosseria, toda sua maldade. Entre sua vida e sua morte, há um momento que não é mais do que aquele de uma vida jogando com a morte” (2002, p.11). Esse momento é o da pura imanência da vida, “neutra, para além do bem e do mal, uma vez que apenas o sujeito que a encarnava no meio das coisas a fazia boa ou má. A vida de tal individualidade se apaga em favor da vida singular imanente a um homem que não tem mais nome, embora ele não se confunda com nenhum outro. *Essência singular*, uma vida...” (p.11, itálica minha)

Essa “vida em si” é que eu vou tentar pensar aqui como campo de problemas epistemológicos, éticos e políticos, mas sobretudo na medida em que se inscreve na linguagem, e que a literatura opera deslocamentos de sentidos em torno dela.

II

Em 30 de outubro de 1975, o general Franco caiu em coma. Dias antes, tinha acabado de assinar as últimas sentenças de morte de oito ativistas do ETA (Euskadi Ta Askatasuna) e do FRAP (Frente Revolucionário Antifascista y Patriótico). Antes de entrar em coma, Franco teve três paradas cardíacas; além disso, sofria de Parkinson, uma úlcera hemorrágica que fez com que retirassem boa parte de seu estômago, uma peritonite bacteriana, insuficiência renal aguda, tromboflebite e pneumonia. Apesar desse quadro, o general foi

mantido vivo com ajuda de aparelhos e passou por inúmeras intervenções cirúrgicas, até que finalmente morreu “oficialmente” em 20 de novembro de 1975.

No curso que ministrou no College de France entre 1975 e 1976, “Em defesa da sociedade”, Michel Foucault disse sobre a morte de Franco:

(...) é um evento apesar de tudo muito, muito interessante, pelos valores simbólicos que faz atuar, uma vez que morre aquele que tinha exercido o direito soberano de vida e de morte com a selvageria que vocês conhecem, o mais sanguinário de todos os ditadores, que havia feito reinar de modo absoluto, durante quarenta anos, o direito soberano de vida e de morte e que, na hora que ele mesma vai morrer, entra nessa espécie de novo campo do poder sobre a vida que consiste não só em organizar a vida, não só em fazer viver, mas, em suma, em fazer o indivíduo viver mesmo além de sua morte. (...) Eu creio que o choque entre esses dois sistemas de poder, o da soberania sobre a morte e o da regulamentação da vida, acha-se simbolizado nesse pequeno e alegre evento. (1999, p. 296)

É a partir desse evento da morte de Franco e do comentário de Foucault, que proponho ler o romance *Jamais o fogo nunca*, publicado originalmente em 2007 e traduzido para o português em 2017. Trata-se do monólogo de uma mulher que vive confinada com seu marido num quarto e se dirige a ele, com quem compartilhou um passado de militância clandestina, lembrando momentos dessa luta. Logo no começo, a narradora diz:

Não consigo dormir e, entre os minutos, através dos segundos que não chego a precisar, se intromete uma inquietude absurda mas que se impõe como decisiva, a morte, sim, a morte de Franco. Não consigo lembrar quando Franco morreu. (p.14).

Essa inquietude, que insiste como modo de buscar ancorar e ordenar os fatos do passado, parece remeter – à luz do comentário de Foucault – não só a uma angústia pela imprecisão da memória, à dificuldade de lembrar uma data, mas também à dificuldade de estabelecer com precisão a linha divisória entre a vida e a morte. Perguntar-se quando exatamente morreu Franco implicaria também se perguntar simultaneamente quando morre um corpo e quando morre um projeto político. No romance de Diamela Eltit, a narrativa parece uma busca por dar conta dessa zona difusa, em que morte e sobrevivência se entrelaçam aos corpos que são percebidos ora como matéria vivente, ora como sujeitos políticos.

Conforme vamos descobrindo no monólogo da narradora, na juventude, o casal fazia parte de uma ‘célula’ clandestina, isto é, de uma organização que lutava contra a ditadura de Pinochet. Uma célula: essa é a palavra que a

linguagem da militância clandestina utiliza – já desde o século XIX – para se referir a uma organização ou organicidade piramidal que consiste na divisão em unidades pequenas, as células, cada uma com poucos integrantes e com uma certa autonomia funcional. Fora os líderes, os integrantes de uma célula desconhecem os integrantes das outras células, de modo que não possam delatá-los caso sejam capturados pelos militares. “Dez? Éramos dez? eu lhe pergunto, da cadeia. (...) A célula, a primeira, aquela em que havíamos nos outorgado funções, nossa célula, pequena, pequena, mas dedicada, perfeitamente engrenada em suas partes (...) uma célula harmônica regida pelos anos mais juvenis que tivemos e fazia com que confiássemos em nós mesmos e na nossa capacidade e discrição” (p. 61).

No presente da narração, essas células estão mortas, e os seus integrantes, os que sobreviveram a ela, estão envelhecidos e com os corpos deteriorados. Porém, a narradora se refere à vida do casal com o mesmo termo que no passado, só que agora muda de sentido: “Somos uma célula, uma única célula clandestina enclaustrada num quarto” (p. 30), diz ela. De fato, a palavra “célula” etimologicamente vem do latim e significa “quarto pequeno” (daí vem também a palavra “cela”).

Do ponto de vista da biologia, a célula é a unidade mínima da vida. Historicamente, o organismo foi compreendido como uma unidade individual de vida, um todo constituído de partes (órgãos) que conformam um conjunto integrado de funções (cf. JACOB, 1983, p. 81, *apud* CZERESNIA; FERNANDES MEDINA, 2017, p.11), e que de certa forma possuem uma vida independente, mas estão integrados em unidades de ordem superior e submetem-se ao organismo como um todo. A célula foi definida como a unidade elementar que possui todos os atributos do ser vivo, sendo a origem necessária de todo corpo organizado (*idem*, p. 11).

De maneira que essa, a unidade mínima da vida, de “uma vida” (como diz Deleuze), é no romance ao mesmo tempo a metáfora da organicidade revolucionária e da fusão simbiótica, na qual o casal encontra o modo de sobreviver à velhice e ao fracasso da vida política. Uma mesma linguagem nomeia a experiência privada e a comum. Ou, poderíamos dizer, a experiência *privada do* comum. É como se essa continuidade vocabular garantisse uma proteção imunitária: servindo-se da mesma linguagem dos quadros políticos do passado para se pensar no presente, colocando em continuidade clandestinidade e enclausuramento, a narradora parece propor que a vida do casal (a vida de cada um e do casal como casal) se sustenta – sobrevive – pelo compartilhamento de um mesmo fracasso e de sua inscrição no corpo. Porque o “comum” agora refere apenas aos dois corpos, às duas vidas encapsuladas em si mesmas:

tal vez o mais sensato fosse dizer de uma vez por todas: *nosso* corpo, para assumir que estamos *fundidos numa mesma célula*, na célula que somos e que nos dispara já em direção à crise, uma crise celular ou um estado celular deteriorado [...] (p. 66, itálica minha).

Essa frase, repetida no romance com diferentes matizes, me parece conter um tom crítico e também político ou micropolítico importante. Nessa fusão entre corpos, entre duas vidas unidas por uma mesma história e uma mesma fratura, parece se perder tanto a ideia de individualidade como a de relação. Como poderia haver relação entre dois corpos que se percebem como um? Nesse sentido, é interessante voltar à biologia que, como disse acima, reconhecia a célula como unidade mínima e *individual* da vida e, no entanto, também introduziu uma nova lógica para pensar a individualidade. De acordo com esta visão, “o organismo é relacional não apenas como uma unidade que se relaciona com outras em contextos de dualidade. A existência é relacional em si mesma e a individualidade é um processo, um devir que se define em dupla configuração simultânea e indissociavelmente aberta e fechada, em diferenciação e integração. Ao mesmo tempo em que se delimita uma fronteira de interioridade em relação à uma exterioridade, esta não pode ser pensada como uma mônada em que “interno” e “externo” são demarcações separáveis.” (cf. Czeresnia e Fernandes Medina, 2017, p. 15). É a lição que Deleuze aprende com Simondon, quem aponta que “para pensar a individuação é preciso considerar o ser não como substância ou matéria, ou forma, senão como sistema tenso, sobressaturado, acima do nível da unidade, consistindo não apenas nele mesmo, e não podendo ser pensado adequadamente mediante o princípio do terceiro excluído; o ser concreto, o ser completo, quer dizer o ser pré-individual, é um ser que é mais que a unidade” (SIMONDON, 2005, p. 25, *apud* CZERESNIA; FERNANDEZ MEDINA, 2017, p.16). Daí, talvez, advém o mal-estar que surge no relato (e no leitor) a partir dessa ideia de fusão como o que predomina na vida do casal, uma relação (ou antirrelação) que não remeteria a uma multiplicidade (deleuzianamente falando) nem a uma ideia de individuação, e sim a uma substância que vai se autoaniquilando por sua própria organicidade/organização. Assim, a vida sobrevive, mas paradoxalmente ao preço de sua imobilidade.

E o que sobrevive de uma célula política quando vira célula-familiar? Família essa unidade mínima do corpo político, *funcional* ao Estado. Para a narradora, o casamento é “uma organização primitiva, geradora da pior classe de exploração” e, na versão dela, o matrimônio parece reproduzir, na relação dos gêneros, a hierarquização e a opressão que existia na “célula revolucionária”, a despeito da opressão que a organização tentava precisamente combater. Nos jogos de significantes criados pela narradora, além da continuidade

criada entre a célula revolucionária e a célula familiar que espelha e inverte sua funcionalidade, o corpo individual e sua deterioração também parece remeter ao corpo social deteriorado.

O casal sobrevive, e sobrevive enquanto casal; os dois corpos parecem con-fundir-se em um, mas o casamento parece ter deixado de ser funcional. A comunicação entre os dois parece ter se reduzido a um a “acomodar-se dos corpos”. A narradora cuida do marido, do corpo fragilizado dele, mas é um cuidado frio, desapaixonado, sem lugar para palavras de delicadeza ou de amor. “Não me incomode”, “você não me escuta”, “não responde” são frases que se repetem ao longo da narrativa.

A narradora não faz referências à ditadura, nem aos fatos que envolviam o movimento político que os dois integravam, para além daquela célula deles. Como se não houvesse exterior a essa célula, como também parece não haver exterior do quarto onde o casal, exausto e envelhecido, passa os dias: somos “uma única célula clandestina enclaustrada num quarto, com uma saída controlada e cuidadosa à cozinha ou ao banheiro” (p. 30). Mas, aos poucos, ela vai deixando vislumbra uma morte trágica que pesa sobre ambos, a do pequeno filho do casal, o menino de dois anos que, doente, não pôde ser levado ao hospital por causa da condição de clandestinidade. O filho morre, o casal sobrevive *graças* a essa morte.

A partir de uma re-significação da moral do sacrifício própria das organizações revolucionárias¹ – e a morte do filho é a prova mais cabal dessa moral – a narradora indaga nas “fisuras abiertas por la dimensión de la experiencia individual de los militantes” (Rosano, p. 296), dimensão esta, a do indivíduo, que só pôde ser recuperada a partir da distância temporal e da resignificação, como foi dito acima, da própria noção de individualidade, que nos convidaria a pensar – pelo avesso – numa noção de individuação.

O monólogo da narradora avança a partir de imprecisões, misturando memória e imaginação ou, para sermos mais precisos, memória e delírio. Pois é nesse plano que se elabora o luto e se convive com a marca do passado no presente. “Não sei. Não posso garantir nada. O menino nasceu morto ou morreu aos dois anos. Ou não nasceu.” (p. 164) A narradora também sugere, mas não afirma, que o filho poderia ser fruto da violência, do estupro que a narradora sofrera no tempo em que esteve presa (o marido pergunta sobre o filho “de quem é? de quem é?”, e ela responde “de qualquer um, de todos, que importa.”); ela fantasia com a ideia, cujo grau de paranoia é difícil de determinar, de que o marido desejasse sua morte durante o parto, não procurando ajuda no momento em que ela quase se dessangrava; devaneia

1A respeito, ver Cecilia Sanchez Idiart. “Después de la derrota. Temporalidades y estéticas de la vida común en *Jamás el fuego nunca* de Diamela Eltit y *El Dock* de Matilde Sánchez”. Disponível em <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2313-94632016000200010#_ftnref1>

pensando que ela mesma teria sido culpável da célula ter caído, e vê seus antigos companheiros de célula (provavelmente mortos) permanentemente perambulando pelo quarto que divide com o marido na velhice, como se o tempo estivesse suspenso, ou como se tivesse morto o tempo histórico, o tempo dialético da revolução/ redenção. Talvez poderíamos pensar que esse plano da memória-delírio se situa aquém do “bios” e além da “zoé”. Como disse no início, há muitas formas de se pensar a vida que resiste, que sobrevive, nesse interstício entre o biológico e o político, para além da “vida precária”, ou “*vida nua*” formulada por Agamben.

Há um episódio na história do Chile, extremamente triste e revoltante, que se mostra particularmente interessante nesse sentido: Pinochet, arrestado em 1998 por ordem do juiz espanhol Baltazar Garzón sob acusação de violação de direitos humanos, genocídio, terrorismo internacional, torturas e desaparecimento de pessoas, conseguiu driblar a justiça com a justificativa de “causas humanitárias”, pois sua defesa alegou “graves problemas de saúde” que o impediriam de enfrentar sua condenação (em 1999). A lição que podemos tirar daí, diz o antropólogo francês Didier Fassin em “*Another politics of life is possible*”, é que a legitimidade de sua supostamente ameaçada vida biológica se sobrepõe na avaliação de sua vida política (2012, p. 8), e que essa “biogitimidade” tem se tornado uma questão crucial nas economias morais das sociedades contemporâneas. O que me parece emergir do romance de Diamela Eltit é o avesso da “defesa” de Pinochet: diante da cisão entre o sujeito político e o indivíduo biológico, que pode chegar a eximi-lo de assumir uma condenação, esse casal que outrora lutava contra sua ditadura não pode se conceber senão numa continuidade dessas duas instâncias. Se a vida para eles tem se reduzido a um mero cuidado com os corpos, isto é, à manutenção da própria vida, ela *resiste* justamente porque é uma continuidade (‘celular’, ‘orgânica’) com um projeto político.

III

Volto, então, ao título deste pequeno ensaio, e à noção de resistência ressoando na própria imanência da vida, no próprio viver. “Resistência”, essa palavra que parece tão anacrônica, tão *demodée*, no entanto é o título de dois livros publicados no Brasil este ano: *Resistência. Uma Memória da ocupação nazista na França e na Itália*, de Denise Rolemberg, e *A resistência*, de Julian Fuks. O primeiro é um ensaio histórico bastante particular, pois ao mesmo tempo Rolemberg historiza a luta contra a ocupação nazista, conceitualiza a resistência, e se ocupa das vidas individuais envolvidas nela. Rolemberg aponta que, mesmo que o termo resistência, com que se denominava a luta armada contra os alemães nazistas em toda Europa, fosse levado posteriormente

a outros contextos, como os processos de libertação nacional em países africanos e asiáticos e nas lutas contra as ditaduras militares na América Latina, o paradigma da resistência (que tem a luta francesa contra a ocupação como referência) encobre diversos e por vezes conflitantes projetos políticos, engolfados pela memória gaullista da resistência que prevaleceu sobre as demais. Por isso, Pierre Laborie chamou de “zona cinzenta” o amplo campo de possibilidades entre resistência e colaboração, “expressando, assim, mais ricamente os comportamentos sociais em tais circunstâncias, que se alternavam e coexistiam nos indivíduos” (*apud* ROLLEMBERG, 2017, p. 19). Rollemborg se refere à resistência enquanto *projeto coletivo*, mas a partir das histórias particulares. Diante da maioria dos monumentos e da construção da memória coletiva, em que “o indivíduo não é lembrado como tal, mesmo no anonimato da sua morte, mas representativo de entidades coletivas” (p. 111), um dos capítulos do livro se intitula “Em algumas horas, vou morrer”, e nele Rolemborg transcreve e traduz cartas de despedida que os resistentes reféns redigem a seus familiares pouco antes de serem fuzilados. Cartas, muito tocantes algumas, em que se lê uma minimização da própria vida diante da causa. A autora não deixa de levantar a questão incontornável sobre o direito de ler e publicar essas mensagens privadas, isto é, sobre o estreito limite entre a privacidade dos indivíduos e o interesse histórico, mas argumenta que “a vida dos outros é parte da vida de todos (...) Respeitá-los não é guardar cartas na gaveta até se apagarem [mas] preservá-las em arquivos públicos, disponibilizando-as aos contemporâneos e às gerações seguintes” (p.181).

O romance de Julian Fuks, *A Resistência*, conta uma história, autobiográfica, de um casal de psiquiatras argentinos que vem para o Brasil fugindo da ditadura militar. Eles têm um filho adotado, e há todo um silêncio e uma sombra em torno desse filho, e no Brasil eles terão mais dois filhos, ambos biológicos. É o caçula que narra a história, tentando penetrar no enigmático mundo do irmão que lhe resulta inacessível, num caminho que o leva a indagar a história de seus pais que, por muitos momentos, se confunde com a história argentina. Assim, a questão da identidade e a da identificação se torna central, questão esta que, como sabemos, atravessa profundamente as consequências da ditadura argentina até hoje, com a busca das “mães” e “avós” (de Praça de Maio) por restituir a identidade a bebês (filhos de militantes assassinados) sequestrados e dados em adoção pela ditadura, bebês estes que hoje têm a idade do narrador e do autor de *A Resistência*. A história destes “netos”, como são conhecidos na Argentina, vem mostrando justamente que, como afirma Roberto Esposito (2009), a “pessoa” não coincide com o “ser humano”; é como se a pessoa fosse um estrato que se sobre põe a ele, em termos de um nome, uma história, uma identidade. Mas a pergunta em torno da identidade no romance não diz apenas respeito do irmão adotado,

e sim do próprio narrador: “Pode um exílio ser herdado? Seríamos nós, os pequenos, tão expatriados quanto nossos pais? Devíamos nos considerar argentinos privados do nosso país, da nossa pátria?” (p. 19). Mas nenhuma dessas perguntas encontra respostas conclusivas. Pelo contrário, a narrativa assume ora a forma da indagação, com parágrafos inteiros feitos de perguntas, ora a forma da disjunção: “Sou e não sou o homem que atravessa o corredor, sinto e não sinto o peso das pernas que se movem, ouço e não ouço o choque dos pés contra o chão” (p. 47)

Assim, como apontou Paloma Vidal (2017), o romance de Julián Fuks remete também à resistência no sentido da psicanálise, que implica uma zona do inconsciente de onde vem algo que nós negamos, algo que não queremos assumir. Diz o narrador:

Sei e não sei que meu pai pertenceu a um movimento, sei e não sei que fez treinamento em Cuba, sei e não sei que jamais desferiu um tiro com alvo certo, que se limitou a antever os feridos nas batalhas de rua, a procurar novos quadros, a pregar o marxismo nas favelas. Ele sabe e não sabe que escrevo este livro, que este livro é sobre meu irmão mas também sobre eles. (p. 40)

Ao longo do romance, “a resistência” vai adquirindo diversos sentidos: “ter um filho há de ser, sempre, um ato de resistência” (p. 42), “calar é resistir” (p. 52), “transigir com a destruição cotidiana (...) lutar apesar da óbvia derrota” (p. 79) “Quanto aprender a resistir não será aprender a perguntar-se?” (p. 79) Como no caso da “célula” no romance de Eltit, na disseminação de sentidos do que seja a “resistência” no romance de Julian Fuks insinua-se algo como um limiar entre ser humano e pessoa, privado e coletivo, entre biológico e político, psíquico e histórico. Um limiar frágil e flutuante, cuja exploração será cada vez mais crucial num momento marcado tanto pela intervenção da ciência (e do Estado) sobre o “fazer viver” e o regulamento da vida, quanto pela história recente, atravessada pelo “fazer morrer” e a soberania sobre a morte. As duas narrativas, por sinal em parte autobiográficas, exploram esse espaço ambíguo e complexo a partir de continuidades, descontinuidades e deslocamentos de sentidos, em que muito mais do que memórias individuais emergem campos de problemas e em que, como disse Diamela em entrevista recente, “como corvos, as ditaduras ainda nos sobrevoam”.

Referências bibliográficas

- CZERESNIA, Dina; FERNANDES MEDINA, Daniela. A filosofia de Gilbert Simondon e a noção de relação em biologia. (2017, no prelo)
- BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.[2009]
- DELEUZE, Gilles. L'immanence: une vie. *Philosophie*, Paris, n.47, septembre 1995, p. 4-7.
- DELEUZE, Gilles. A imanência: uma vida. *Revista Educação e Realidade*, n. 27, jul-dez 2002, p. 11-18.
- ELTIT, Diamela. *Jamais o fogo nunca*. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2017.
- ESPOSITO, Roberto. *Tercera Persona. Política de la vida y filosofía de lo impersonal*. Buenos Aires: Amorrortu, 2009.
- FASSIN, Didier. Another politics of life is possible. *Theory, Culture & Society* 2009, v. 26, n.5, p. 44–60
- FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FUKS, Julián. *A Resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- JACOB, F. *A Lógica da Vida: Uma História da Hereditariedade*. Rio de Janeiro, Graal. 1983.
- PETRYNA, Adriana. *Life exposed. Biological citizens after Chernobyl*. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- ROLLEMBERG, Denise. *Resistência. Memória da ocupação nazista na França e na Itália*. São Paulo: Alameda, 2016.
- SIMONDON, Gilbert. *L'individuation à la lumière des notions de forme et d'infotmation*. Grenoble: Millon, 2005.
- RABINOW, Paul; ROSE, Nicolás. Thoughts on the concept of biopower today. Disponível em <<http://www.urbanlab.org/articles/Rabinow%20and%20Rose-BiopowerToday03.pdf>>
- ROSANO, Susana. Los héroes y los muertos: sobre la violencia revolucionaria de los años setenta. *Badebec*, v. 5, n. 9, septiembre, 2015.

VIDAL, Paloma. A literatura como resistência no romance de Julián Fuks. Disponível em : <<https://oglobo.globo.com/cultura/livros/a-literatura-como-resistencia-no-romance-de-julian-fuks-18220517#ixzz4tKwaIu9g>>

Diana Klingler é professora de Teoria da Literatura da Universidade Federal Fluminense. É autora dos livros *Escritas de si, escritas do outro. O retorno do autor e a virada etnográfica* (7Letras, 2012) e *Literatura e ética. Da forma para a força* (Rocco, 2014). Pesquisadora do CNPq e Jovem Cientista do Nosso Estado, pela FAPERJ.
E-mail: dianaklingler@gmail.com

Recebido em: 15/09/2017

Aceito em: 30/11/2017